



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

*Versão para registro histórico*

*Não passível de alteração*

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

<b>CPI - EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES</b>			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 0612/14	DATA: 16/05/2014	
LOCAL: Externa	INÍCIO: 15h47min	TÉRMINO: 17h06min	PÁGINAS: 29

**DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO**

JORGE CLÁUDIO BALIEIRO SARDINHA - Presidente do Conselho de Direito da Criança e Adolescente de Breves, Pará.  
ORQUIDÉA NASCIMENTO DA COSTA - Secretária Municipal do Trabalho e Assistência Social de Breves, Pará.  
CARLOS ALBERTO BRASIL - Presidente do Conselho Municipal de Educação de Breves, Pará.  
MAURO COUTINHO DA SILVA - Conselheiro Tutelar em Breves, Pará.  
ANTÔNIO COLARES - Capitão da Polícia Militar de Breves, Pará.  
MÁRCIA NEMER FURTADO - Professora de Sociologia e Coordenadora da Comissão de Justiça e Paz.  
MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO NASCIMENTO DOS REIS - Secretária de Assistência Social de Melgaço, Pará.  
RITA RABOIN - Assessora da Comissão Justiça e Paz Paróquia Santana Breves, Pará.  
PROFESSOR NENA - Vereador do Município de Breves, Pará.  
WALTER CARNEIRO - Vereador do Município de Breves, Pará.  
VANACY LEÃO - Vereadora do Município de Breves, Pará.  
SIMONE EDORON MACHADO ARAÚJO - Delegada, Diretora de Atendimento a Grupos Vulneráveis do Estado do Pará.

**SUMÁRIO**

Audiência Pública com diversas autoridades e representantes de entidades de defesa de crianças e adolescentes de Municípios do interior do Estado do Pará com maior vulnerabilidade para a ocorrência de crimes de exploração sexual infantojuvenil.

**OBSERVAÇÕES**

Audiência realizada na Câmara Municipal de Breves-PA.  
Há intervenções fora do microfone inaudíveis e ininteligíveis.  
Há breve intervenção fora do microfone.



**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Declaro aberta a presente reunião.

Instala-se, na Câmara Municipal de Breves, no Estado do Pará, a Comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara Federal que investiga turismo e exploração sexual de crianças e adolescentes. Estão presentes à Mesa o Deputado Arnaldo Jordy, membro desta CPI; eu, Deputada Erika Kokay, Presidente desta CPI; e a Deputada Liliam Sá, Relatora desta CPI.

Eu gostaria de agradecer ao Presidente desta Casa, Labinho de Oliveira, a autorização e o oferecimento dos recursos necessários para que pudéssemos estar aqui fazendo esta discussão. Agradeço também à Vereadora Vanacy Leão, que de pronto chamo para compor a Mesa, que preside a Comissão de Educação desta Casa e tem sido um apoio importante para estarmos aqui fazendo esta discussão acerca da exploração sexual de crianças e adolescentes no Município de Breves e nesta região.

Nós estamos aqui em função do Requerimento nº 29, da Deputada Liliam Sá, para que viéssemos ao Estado do Pará. Pela manhã, realizamos uma discussão com vários órgãos que defendem o enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes e os direitos de crianças e adolescentes, no Município de Belém, estamos aqui e, ao final da tarde, início da noite, estaremos com o representante do Governo do Estado do Pará, a quem levaremos inclusive as demandas detectadas como importantes para a criação de uma rede de proteção às nossas crianças e adolescentes.

Há várias matérias que apontam a existência de exploração sexual de crianças e adolescentes nesta região. Em todo o Estado, há por volta de 72 rotas, um número absolutamente vultoso, o que indica uma naturalização da exploração sexual, que precisa ser enfrentada, porque isso significa o roubo da infância e uma cadeia de vitimização pela pobreza, pela infância arrancada, pela adolescência arrancada, pela desumanização simbólica, porque são crianças e adolescentes que não têm assegurados os seus direitos à existência humana plena nessa faixa etária. Outra vitimização é quando a fala dessas crianças e adolescentes não é considerada e quando, muitas vezes, elas são culpabilizadas pela situação de exploração sexual que as vitima.



Nós temos nos deparado com alguns problemas. Um deles aponta a necessidade de enfrentarmos a exploração sexual e enfrentarmos, portanto, a impunidade. A impunidade eleva o medo, atesta a falência do Estado Democrático de Direito e, ao mesmo tempo, naturaliza a exploração sexual. Outro aspecto é a necessidade de termos um atendimento a essas crianças e adolescentes, uma vez identificada a situação de exploração sexual, para que se possa interromper essa exploração e ressignificar suas vidas.

Eu me lembro da fala de uma menina de 13 anos cuja situação de exploração sexual tinha sido publicizada e constatada havia dois anos — portanto, ela tinha à época 11 anos. E ela dizia: *“A minha vida acabou. Eu não tenho mais vida, porque nunca mais terei condições de ter um casamento ou uma família, porque já não sou pura”*. Nitidamente, essa adolescente tem que ter um atendimento para que possa ter uma leitura diferenciada do que aconteceu com ela.

Portanto, nós estamos aqui para traçar um diagnóstico, que comporá o relatório desta CPI, cuja previsão de encerramento dos trabalhos é meados do próximo mês. Antes do encerramento, nós organizaremos uma reunião sobre o impacto das grandes obras.

Nós sabemos do nível de aprimoramento dos equipamentos públicos na região de Altamira, em função do recrudescimento da exploração sexual. É um fato o recrudescimento da exploração sexual nas cercanias das grandes obras, onde se derramam milhares de homens sem qualquer tipo de vínculo e se muda a conformação... No caso de Altamira e região, triplica a população e não se tem, portanto, estrutura, e os vínculos comunitários são fragilizados. Sem nenhuma dúvida — nós não temos dúvida disso, a partir de várias audiências públicas que realizamos —, isso aumenta o nível de violação de direitos da criança e do adolescente e, particularmente, o nível de exploração sexual no Município, inclusive com mudanças de rotas, que acabam tendo outros destinos.

Nós vamos realizar um seminário, no final do mês de maio, onde discutiremos os marcos legais necessários e as estruturas de proteção, porque nós entendemos que a gente só supera os desafios de violação de direitos, que nunca ficam ensimesmados...



Viole um direito, e você vai violar outro, porque os direitos são enganchados um no outro, como são as políticas públicas que asseguram esses direitos e como é o ser humano, enganchado nos seus vários direitos para se constituir como ser humano. Portanto, viole um direito e você violará outro; resgate um direito, e se abre caminho para se resgatar outros direitos.

Nós vamos realizar esse seminário para discutir essas questões e a construção de marcos legais e de direitos, que só podem ter eficácia se houver uma concepção de rede.

Achamos que a rede é fundamental. Somos incompletos como seres humanos e temos uma incompletude institucional também. Por isso, a nossa preocupação é sempre a de estar traçando diagnósticos, saídas, enfrentando os desafios nessa construção de rede. Constatada a nossa incompletude, superamos as nossas limitações a partir dessa construção em rede.

Iniciando esta audiência, eu gostaria de informar que temos um horário bastante rígido, porque senão nós não conseguimos voltar a Belém e completar a diligência que nos trouxe aqui. Portanto, teremos que encerrar impreterivelmente esta audiência por volta das 17 horas, se não nós não conseguiremos chegar em tempo hábil.

A Relatora, Deputada Liliam Sá, tem a prerrogativa regimental de fazer qualquer tipo de pergunta, a qualquer momento, para esclarecer todas as questões necessárias a compor o seu relatório. Os que chamaremos a compor esta Mesa poderão fazer uso da palavra, além dos Vereadores, que poderão fazer uso da palavra no momento que acharem que é conveniente, que desejarem.

Além da presença da Vereadora Vanacy Leão, anuncio a presença do Vereador Professor Nena, do PCdoB; do Vereador Walter Carneiro, do PDT, e do Vereador Emerson Câmara, do PMDB — o Professor Nena terá que se retirar talvez antes do término desta reunião, em função de outros compromissos. Nós agradecemos profundamente a participação a todos.

Asseguramos aos Vereadores, que obviamente estão na sua Casa — sentimo-nos absolutamente gratos de terem aberto a Casa do Poder Legislativo do Município para esta CPI —, que poderão usar a palavra quando acharem conveniente.



Convidamos a compor a Mesa a Secretária de Assistência Social do Município, Orquidéa Nascimento; o representante do Conselho Tutelar do Município, Clodoaldo Vieira — achamos que os Conselhos Tutelares são instrumentos fundamentais para aplicar medidas e assegurar direitos; gostaríamos de chamar o Presidente do Conselho de Direito da Criança e Adolescente de Breves, Cláudio Sardinha; a representante da Comissão Justiça e Paz, Irmã Rita; a Profa. Marcia Nemer; o Presidente do Conselho Municipal de Educação de Breves, Prof. Carlos Alberto Brasil, para que possamos compor a Mesa.

Em princípio, nós vamos ofertar a palavra a esses que compõem a Mesa.

Registramos também a presença da representante da Defensoria Pública do Estado, do representante do PRO PAZ do Estado do Pará, da Delegada Simone, que defende os direitos da criança e do adolescente; de representantes de Conselhos Tutelares da região, da Associação de Conselhos Tutelares — temos conselheiros tutelares de outras regiões e de outros Municípios. No decorrer desta audiência, nós indicamos e anunciamos os que aqui estão.

Achamos muito importante a escuta desses órgãos. Por isso, eu chamo os representantes do Estado a ficarem nos lugares reservados aos Vereadores, que os cederão gentilmente: Sr. Jorge Bittencourt, representante do PRO PAZ; Dra. Simone, delegada que trabalha com esta área; Anelyse Santos de Freitas, da Defensoria Pública; e Reginaldo Reis Gomes, representante da Associação dos Conselhos Tutelares.

Sem mais preâmbulo, vamos começar nossa audiência pública, estabelecendo um prazo... Eu não sei que horas são...

**O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY** - Deputada Erika Kokay, deixe-me pedir uma questão de ordem, quebrando um pouco o protocolo e recorrendo à informalidade. Em função da exiguidade do tempo, realmente, nós não podemos ultrapassar esse teto de decolagem que é às 17h30min, eu queria, se fosse de acordo de todos e da Deputada Liliam Sá, que a gente ouvisse logo as entidades locais, que têm muito a nos...

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputado Erika Kokay) - Mas nós vamos escutar as entidades locais...

*(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)*



**O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY** - E no final, a gente, se der tempo...

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputado Erika Kokay) - Veja, as entidades que representam o Governo estão numa postura de escuta. Se houver necessidade e se houver tempo, nós vamos chamá-las a fazer uso da palavra, mas elas estão numa postura de escuta. Na Mesa estão as representações locais, que vão ter o uso da palavra.

Para que possamos imediatamente começar a nossa audiência, eu passo a palavra, num primeiro momento, ao representante do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Vamos estabelecer um prazo de 5 minutos a cada um, para que a gente adquira uma dinâmica. Obviamente, a Mesa será flexível. Temos nove pessoas, cada uma com prazo de 5 minutos. Eu acho que esse é o tempo necessário.

*(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)*

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputado Erika Kokay) - Nós temos que sair daqui às 5 horas. Vamos trabalhar com 5 minutos.

Passamos a palavra à Secretária de Assistência Social, Orquidéa Nascimento.

*(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)*

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputado Erika Kokay) - Então, vamos começar pelo Presidente do Conselho, que pode fazer um diagnóstico. Um dos nossos objetivos é fazer um diagnóstico. O senhor tem 5 minutos. Depois, nós passamos a palavra à Secretária de Assistência Social.

**O SR. JORGE CLÁUDIO BALIEIRO SARDINHA** - Boa tarde a todos e a todas. É um grande prazer receber novamente a CPI aqui em Breves. Esperamos que desta vez haja um retorno mais rápido das ações que estão sendo feitas.

Já tivemos várias CPIs. Eu acho que, hoje, o povo daqui já reflete isso, não confiando tanto no que está acontecendo. Depois da última CPI que tivemos aqui sobre o tráfico, na minha visão como movimento social e como Presidente do Conselho de Direitos, acho que nós tivemos até sanções, porque até o promotor foi embora da nossa cidade. Hoje, em Breves, nós estamos sem promotores que possam levar os processos adiante. E Breves fica como? Uma cidade de 100 mil



habitantes sem um promotor fixo? Essa seria uma das causas, e a gente gostaria de pedir que intervissem na questão da Promotoria para o Município de Breves.

A outra seria na questão judiciária. Nós sabemos que não é atribuição do Conselho Tutelar nem do Conselho de Direito nem da Polícia Militar nem de outro órgão a fiscalização, nos barcos, da entrada de crianças e adolescentes. Sabemos que é competência do Judiciário. Sabemos também que só um juiz não tem condições. Nós temos uma Vara da Infância e da Juventude em Breves, mas nós não temos nenhum agente de segurança nomeado pelo juiz para que pudesse fiscalizar tanto as portarias e essas entradas de adolescentes viajando para outros Municípios em nossos portos.

Uma das dificuldades que nós temos em todas as cidades ribeirinhas é a questão das leis de onde embarcar e desembarcar passageiros. No nosso, nós temos sim uma lei, o Hidroviário, num porto principal da cidade, mas como vocês podem perceber, o nosso porto eu acho que é maior até mesmo que o de Belém, porque vai do Hidroviário ou da Feira do Açaí, que é onde desembarca e embarca, até o final da cidade. Por aí vocês já veem que não tem um porto específico para isso, e a grande quantidade de barcos em Breves é alarmante. Isso influencia muito a questão de entrada e saída de crianças e adolescentes de ambos os Municípios aqui.

Sabemos nós também que nós somos rota, e essa rota, Deputados... Precisamos de fiscalização! Entra arma, entra droga; o tráfico de crianças, a permanência de crianças na cidade em situação irregular é alarmante, e nós não temos nenhuma fiscalização nesse ponto. Eu acho que isso seria como proposta que está vindo do Conselho de Direitos para vocês porque é o que está acontecendo em Breves.

Casos de violência sexual. Foram registrados, em 2013, pelo Conselho Tutelar, 24 casos. O que confunde a gente é que 12 casos foram atendidos pelo CREAS municipal. Do estadual nós não temos dados, porque não foram repassados ao Conselho de Direitos. No hospital, segundo os dados que passaram para a gente, foram atendidos seis casos.

Então, a engrenagem a gente sabe que não está funcionando, ou alguma coisa está acontecendo também. Isso aí é uma situação que a gente tem também



que estar olhando, esses dados, essa fiscalização ser colocada em cima. E, na base desses dados, tornar um projeto sólido, mediante a efetivação desses direitos, e buscar, de todas as maneiras, que não prevaleça a impunidade dentro do Município, porque a impunidade gera mais violência.

Era isso o que a gente queria colocar, já que o tempo é curto. A gente espera novamente vocês com resultado em Breves, porque nós estamos cansados de só nos reunir, nos reunir e os dados ficarem por lá, não retornarem para a gente. É mais ou menos isso o que a gente queria fazer.

Muito obrigado.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Obrigada. Obrigada, Sr. Cláudio Sardinha.

Eu passo agora a palavra para a Secretária de Assistência Social, a Sra. Orquidéa Nascimento.

A senhora tem 5 minutos.

**A SRA. ORQUIDÉA NASCIMENTO DA COSTA** - Boa tarde.

Nós, enquanto Secretaria de Assistência, temos o CREAS, que fica dentro da Secretaria.

Vou direto ao assunto para não perder tempo porque são só 5 minutos.

Nós estamos fazendo um trabalho dentro do Município. O primeiro trabalho dele é o fortalecimento da rede, pelo menos a nossa, a municipal, para que a gente possa trabalhar esse combate, porque nós estávamos um pouco dispersos. Como disse ele aqui, eu sempre costumo usar a fala dele de que a rede está furada e nós estamos buscando nos fortalecer, porque a nossa demanda é bem grande de abuso sexual, de exploração sexual.

Todo mundo conhece e sabe a rota dessas balsas dentro do Tajapuru, dentro do Distrito de São Miguel. Isso já é notório em nível nacional e a gente vem se tornando repetitivo em relação a essa situação. Já foram feitas várias reuniões para tentar ter alguma coisa que pudesse combater essa questão dentro do Rio Tajapuru, dentro das vilas, dentro dos nossos distritos.

Todos os casos que são apresentados aqui são acompanhados, porque o trabalho do CREAS é psicossocial e não policial. Infelizmente, todos os autores desses crimes estão aí impunes, porque nós não temos Ministério Público no



Município. O Ministério Público aqui vem, uma semana vem um, na outra semana vem outro, na outra vem outro. Conclusão: quando a gente encaminha os relatórios que nós vamos até lá para acompanhar, vem um e diz para nós: *“Vamos dar acompanhamento. Vou estar acompanhando vocês na próxima semana.”* Na próxima semana, a gente volta lá para reunir, e já é um outro, e ele diz para nós: *“Eu não tenho conhecimento desse caso porque não foi passado nada para nós.”* Então, a gente fica nessa situação, de pires na mão, indo até ao Judiciário, e sem ter resultado nenhum. Isso nos torna desesperados.

A gente percebe que os casos que acontecem, na maioria, são na zona rural, e a gente faz o acompanhamento, traz para o Município, mas quando chega aqui, não é tomada nenhuma providência a nível policial. O cara fica solto lá. A família que foi agredida por essas pessoas tem que ir embora de lá para morar em Breves, porque o agressor está lá ameaçando a família ainda. Então, nós temos várias famílias lá dentro do Município que já foram embora dos lugares onde moravam porque estavam sendo ameaçadas pelo agressor, porque ele não foi preso. Por que ele não foi preso? Porque não tem um acompanhamento do Judiciário nessas situações. Fica lá... E a gente fica aqui sem poder fazer nada.

Então, a nossa situação está bem difícil. A gente sabe que o caos da nossa questão aqui... O Município está fazendo a sua parte, o Município tem feito, e a gente tem buscado nos fortalecer e trabalhar, mas, infelizmente, nosso trabalho tem começo, tem meio, mas não tem um fim, porque a gente não consegue dar respostas para as famílias porque esbarra lá no Judiciário.

Então, está provado que nosso caos maior está provado que é a questão do Judiciário.

Nós precisamos, urgentemente, em Breves, de um IML, porque nós não temos onde fazer essa perícia. Há poucos dias aconteceu um caso aqui no Município de Breves. Nós tivemos que fretar um avião para levar o corpo de uma criança para Belém para fazer o IML, e fretar para trazer de volta. Vocês já imaginam a despesa para o Município quando é um caso bem difícil, porque essa criança foi morta e a gente não sabia o que tinha acontecido com ela. Como tinha uma situação que poderia ter sido abuso, a gente teve que fretar um avião para ir ao IML e trazer de volta, de novo, o corpo dessa criança.



Nós não sabemos da investigação da Polícia Militar. Eu não sei se já foi encaminhado para o Judiciário, porque essa é uma coisa sigilosa. Depois que nós encaminhamos, não tivemos mais o retorno dessa situação. Então, só para os senhores verem como é difícil.

Então, hoje, quando a gente fala em reunião, que a gente vai discutir essa situação, as pessoas já não acreditam mais, dizem que não vão participar porque, na verdade, a gente não tem essa resposta.

Como só são 5 minutos, eu deixo aqui a minha fala para que a gente possa realmente, depois desta reunião, dar uma resposta a essa comunidade, porque ela está ansiosa por uma resposta. Na prática, mesmo, o que a gente vai falar para eles? O que é que nós temos? Como vai acontecer? O que vai acontecer daqui para frente dentro do Município em relação a essa questão judiciária dentro do nosso Município?

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Obrigada, Sra. Orquidêa.

Eu chamo para fazer uso da palavra o representante do Conselho Municipal de Educação, o Sr. Carlos Alberto Brasil.

Tem um representante da Polícia Militar que está aqui, que eu também convidaria para que pudesse ficar conosco.

**O SR. CARLOS ALBERTO BRASIL** - Muito boa tarde.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Só 1 minuto, Dr. Carlos.

Capitão Colares está aqui? O Capitão Colares chegando, pode estar à mesa, que também nós vamos lhe conceder a palavra.

Então, portanto, com minhas escusas, passo a palavra ao Conselho Municipal de Educação, ao seu Presidente, o Sr. Carlos Alberto Brasil.

**O SR. CARLOS ALBERTO BRASIL** - Muito boa tarde a todos os presentes.

A gente está aqui muito feliz, hoje, neste momento, por estar recebendo esta CPI, que está fazendo, para o nosso Município, um grande trabalho, que justamente é investigar a situação de exploração sexual e abuso de crianças em nosso Município.

A gente que trabalha na educação vivencia realmente uma realidade muito triste, esta que a gente pode constatar: a de saber que existe, como uma prática



corriqueira em nosso Município, a questão da exploração sexual de crianças e adolescentes.

Em relação ao meio rural, por exemplo, a educação nos permite essa vivência no meio rural, a de perceber isso muito vivaz. É quase que comum, no meio rural, que os pais, por exemplo, abusem dos seus filhos, das filhas de 11, 12 e 13 anos. Quando não, também é muito comum que os pais entreguem essas crianças para desposar os homens, uma prática comum. Então, essa é uma realidade do nosso Município deveras lamentável.

O que a gente percebe é que é preciso que o Estado se faça presente na situação, que o Judiciário também faça a sua parte, que se possa investir em educação, principalmente. Eu penso que essa é a meta maior. Mas é gritante a situação, e nós temos condições de depor, de constatar essa realidade a cada dia no nosso meio rural e também aqui na cidade.

Então, na atual conjuntura econômica e política do País, não se pode mais admitir que o nosso Marajó esteja mergulhado em tanta prática ilícita e criminosa contra as nossas crianças. Como já foi colocado, nós esperamos que esta Comissão possa ter força suficiente para poder buscar os meios que possam garantir acabar com esse crime exorbitante e danoso contra a sociedade de Breves.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Muito obrigada, Sr. Carlos Alberto Brasil.

Passo a palavra para o representante do Conselho Tutelar, o Sr. Clodoaldo Vieira. (*Pausa.*)

O representante do Conselho Tutelar pode vir e se identificar.

Ao fazer uso da palavra, antes de começar a sua fala, o senhor fale seu nome completo, por favor.

**O SR. MAURO COUTINHO DA SILVA** - Senhores que se fazem presentes aqui nesta Casa de lei, meu nome é Mauro Coutinho. Eu sou Conselheiro Tutelar e estou no meu segundo mandato.

O Conselho Tutelar tem atuado nessa prática de abuso, que, para mim, no meu conhecimento, é uma das práticas que mais prejudica a criança e o adolescente, porque ela destrói sonhos. O Conselho Tutelar está incumbido nessa luta, nesse trabalho árduo.



O nosso Município é bastante extenso. Nós fazemos o trabalho, além disso, no nosso Município, estou falando aqui da zona urbana, nós temos a nossa zona rural. O nosso Município, nós estamos na ponta, e, para chegar ao final do nosso Município, há uma jornada de barco de até 24 horas. Aí, o restante do Município fica praticamente descoberto.

Como o companheiro Cláudio colocou aqui, a falta de fiscalização nos nossos rios tem trazido bastante prejuízo para nós, e, como é bastante extenso, o nosso Município, na zona rural, fica descoberto.

Quero também colocar aqui... Eu acho que a palavra aqui vai ser unânime. A falta do Ministério Público, no nosso Município, tem facilitado essa prática abusiva, que vem numa forma crescente no nosso Município. Já se fez várias situações no nosso Município, e na verdade Breves hoje clama. Como a Secretária colocou, hoje é um promotor, amanhã já é outro; e o promotor que for já não conhece do caso passado, e têm casos que estão ficando à mercê. Então, o povo, na verdade, fica desacreditado.

Mas nós, enquanto Conselho Tutelar, enquanto rede, nós temos articulado, nós temos trabalhado para inibir, para coibir essa situação. Nós temos trabalhado dia e noite. Temos nos reunido, fortalecendo a nossa rede de proteção, mas nós observamos que, de fato, a rede ainda é furada. E em prol dessa situação... Mas nós temos articulado para coibir.

Aproveita a deixa aqui, que tem representantes do Governo Federal, que olhem com carinho, que olhem pelas nossas costas aqui, o Rio Buiuçu, o outro rio, o Tajapurú, que é a rota, que enfatize para cá uma fiscalização alusiva, de forma coerente, de forma que venha de fato de emergência.

A gente já se reuniu várias vezes, a gente tem buscado parcerias, a gente tem buscado, mas o que a gente observa é que, muitas vezes, nós ficamos sós. Na verdade, o Município, nós temos feito nossa parte. Mas aí, a contrapartida, o olhar humano lá de cima, seria muito importante para a gente, seria muito ideal para a gente.

**A SRA. RELATORA** (Deputada Liliam Sá) - Mauro, eu quero te fazer uma pergunta. Se está falando e relatando que só teve, em 2013, 24 casos de abuso sexual e pedofilia. E quantos vocês já detectaram de turismo sexual, de meninas



vindo através dessas balsas, que fazem a rota para Macapá, Manaus, Santarém, e que vai de Macapá para o Suriname também? Vocês detectaram; quantas meninas vocês devolveram, se vocês identificaram essas meninas?

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - E só para completar, você podia dizer qual é a estrutura com que o Conselho Tutelar trabalha? O Conselho Tutelar tem sede, enfim, sede adequada, telefone, computador, veículo?

**O SR. MAURO COUTINHO DA SILVA** - Só complementar logo a fala aqui, a primeira pergunta, é assim: essa rota, tem duas rotas de passagem, uma pelo Buiçu, e outra aqui pelo Rio Parauaú.

**A SRA. RELATORA** (Deputada Liliam Sá) - Rio o quê?

**O SR. MAURO COUTINHO DA SILVA** - Rio Buiçu, que ele segue pelo Rio Tajapurú, que é a rota que vai para Macapá, para o Amazonas, Santarém, Manaus. Essa rota é descoberta, na verdade; e nós temos que tapar esse buraco, tem que chegar a esse conhecimento.

Então, é assim, se nós temos conhecimento dessa situação? Temos. Mas nunca chegou caso para a gente, assim, concreto; só ouvimos falar, nas mídias. Lógico que nós sabemos que existe, e somos castigados por isso. Você, rota...

A situação hoje do Conselho Tutelar vem melhorando. Nós fomos agraciados pelo *kit* do Governo Federal, recebemos o carro, ainda falta entregarem os cinco computadores, uma geladeira, uma impressora. Mas, eu acredito, assim, que a gente tem crescido; mas não é o bastante. Nós ainda trabalhamos limitado. Então, assim, há falta de uma lancha-voadeira. Para a gente seria muito importante, porque o nosso Município é muito extenso. Acho, não; tenho certeza: as nossas estradas são os nossos rios, realmente. Então, assim, agora nós fomos agraciados com esse *kit*, mas é, assim, falta estruturar.

O nosso prédio, em que nós estamos hoje, é locado pelo Município. Ele é locado pelo Município, e aí a parte de estrutura está melhorando; para o que a gente recebeu, está melhorando, mas ainda falta mais.

Eu fui informado aqui que falta um minuto.

Tá bom, gente? O Conselho está aqui. Ele está aqui para esclarecer, ele está aqui para combater. A gente fica feliz quando vêm somar com a gente. Quando vem força...



**A SRA. RELATORA** (Deputada Liliam Sá) - Foi o Deputado que trouxe a emenda para cá? Deputado, né?

**O SR. MAURO COUTINHO DA SILVA** - Deputado Jordy, foi.

**A SRA. RELATORA** (Deputada Liliam Sá) - Bacana.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Então está ótimo. Obrigada, senhor...

**O SR. MAURO COUTINHO DA SILVA** - Mauro Coutinho.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Mauro Coutinho. E passo imediatamente a palavra ao Capitão Colares, que aqui representa a Polícia Militar.

**O SR. ANTÔNIO COLARES** - Boa tarde a todos.

Bem, informar que realmente aqui na região todos os órgãos trabalham de forma incessante. Isso aí não precisa fazer muita propaganda, porque nós sabemos. O que nós temos aqui? Uma desconexão, realmente, da continuidade do trabalho. As relações entre o Município e o Estado; entre o Estado e a Federação; entre a Federação e o Município, essa desconexão é que nos tem causado problema para a concretização da rede, fundamentalmente. Então, a gente não pode reclamar muito do empenho. A gente pode reclamar da questão da estrutura de alguns órgãos, mas do empenho dos funcionários, jamais.

Agora, eu vou ser bem sincero, senhores, em termos de segurança pública... Eu estou aqui — eu fiz, agora, há pouco tempo — há 10 anos, mas também já sou funcionário público há 23 anos. Eu vim da Educação. Eu posso afirmar com plena certeza, sem vergonha nenhuma, que as estratégias de segurança pública para a mesorregião do Marajó são descomprometidas. Eles podem estar muito fomentadas em termos de boa vontade, de “eu quero fazer, vamos fazer” e tudo o mais, mas o planejamento é muito aquém do necessário. Eu já estou aqui há 10 anos...

**A SRA. RELATORA** (Deputada Liliam Sá) - E, na sua opinião, do que o senhor precisaria para...

**O SR. ANTÔNIO COLARES** - Nós precisamos de mais seriedade, de vontade, dizer: “vamos assumir o Marajó agora”, e isso a gente não tem visto. (*Palmas.*) Muito obrigado.

É uma crítica que eu faço de dentro do sistema. Porque eu produzo documentos, eu faço estudos, estudos científicos, inclusive. A gente tem feito



relatórios bem comprometidos, de todos os âmbitos, e nós não temos visto respostas sérias. Por quê? Porque acontece aquilo que muita gente fala, que o Marajó é uma princesa, tudo o mais, tem riquezas, mas assumir isso aqui, senhores, é um investimento muito grande. Ah, o cara vai dizer assim: "Mas é um investimento muito alto". É, sim, mas aí, vamos continuar não investindo de forma séria? O investimento vai ficando todo o tempo defasado. É caro o investimento no Marajó? É caro. Mas se você não investir, a mídia continua investindo.

**A SRA. RELATORA** (Deputada Liliam Sá) - E o efetivo? Como é o efetivo?

**O SR. ANTÔNIO COLARES** - O nosso efetivo aqui é um quinto do necessário.

**A SRA. RELATORA** (Deputada Liliam Sá) - Quanto que é?

**O SR. ANTÔNIO COLARES** - Olha, vou lhe dizer, bem sincero. Por exemplo, na área norte do Marajó, nós temos um policial para cada 350 habitantes. Para cá, para essa região, é um policial para cada 1.250 habitantes, então... Aí, eu preciso falar muita coisa?

**A SRA. RELATORA** (Deputada Liliam Sá) - Aqui é o quê? Um policial para 1.200?

**O SR. ANTÔNIO COLARES** - Mil duzentos e cinquenta habitantes. E aqui nós estamos numa área de passagem. A área norte não é uma área de passagem. Você vai para Soure, você vai para Salvaterra. Aqui, não; aqui você passa por Breves, passa por Melgaço, passa por Gurupá.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY** - Capitão, área norte que o senhor fala é aquela região...

**O SR. ANTÔNIO COLARES** - Soure, Salvaterra, isso, exatamente.

Então, é uma área muito privilegiada. A nossa aqui é praticamente... Ela é ignorada mesmo; ela não é abandonada. Não confundam. Ela é ignorada porque o investimento é alto, e a gente sabe realmente que, quando esbarra nessa questão orçamentária, fica difícil. Mas se nós não tivermos um...

**A SRA. RELATORA** (Deputada Liliam Sá) - O senhor sabe quanto os Vereadores... Qual é, quanto é o orçamento daqui do Município?

**O SR. WALTER CARNEIRO** - (*Fora do microfone*) Cento e vinte milhões.



**O SR. ANTÔNIO COLARES** - Cento e vinte milhões, essa faixa de arrecadação.

**A SRA. RELATORA** (Deputada Liliam Sá) - A arrecadação daqui, 120 milhões...

**O SR. ANTÔNIO COLARES** - Gostaria só de concluir logo, para não se estender muito.

Então, nós precisamos de mais compromisso. As vontades, os estudos existem. Não falta informação. O Governo do Estado tem muita informação. Pode estar uma engavetada aqui, acolá, elas podem estar desconectadas, elas podem estar desatualizadas, mas os estudos existem.

Para completar, nós estamos recebendo, infelizmente, de quase dois mil policiais, o que me foi informado ainda agora de manhã, apenas 28 policiais para a região. Uma turma nova. Então, isso é lamentável. Mas isso aí já é conexão política, não vou entrar no caso. A gente só recebe. Pedir, nós pedimos 100, e só vieram 28.

**A SRA. RELATORA** (Deputada Liliam Sá) - E só vieram 28?

**O SR. ANTÔNIO COLARES** - Mas só vêm 28, a duras penas.

Em termos de veículos, combustível, tranquilo; nós temos o suficiente. Nós não temos é gente. Não podemos fabricar policiais, não podemos contratar. Mas também não podemos nos incutir de uma ideia de que eu tenha que espremer meu policial, e entrar na questão dos direitos humanos. Eu não posso. Eu não posso fazer isso, mas nós fazemos. Nós fazemos porque eles são voluntários, porque você tem que cuidar da sua própria casa, e nosso policial cuida da casa, mas, só ele, não dá conta. Porque nossa casa tem um terreno muito grande. Está certo?

Então, nós pedimos, eu peço mesmo, de forma interna, que a segurança pública nos olhe com carinho e com mais comprometimento, para resolver; porque se não quiser resolver, fica do jeito que está. A gente vai ficar trabalhando aqui enxugando gelo e limpando carvão.

Muito obrigado.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Muito obrigada, Capitão Colares.

Passo, em seguida, a palavra à Prof. Marcia Nemer.



**A SRA. MARCIA NEMER FURTADO** - Boa tarde. Boa tarde a todas as pessoas que fazem parte desta Mesa, a todas as pessoas que estão aqui nesta Casa.

Eu queria, em primeiro lugar, falar um pouquinho que, desde a minha infância, eu vejo a situação de crianças sendo prostituídas e ficando em situação de prostituição, porque eu moro, sempre morei na frente da cidade. Então, desde a minha infância, eu vejo crianças embarcando nas “geleiras”, principalmente. Isso sempre me incomodou, e eu achava que, quando eu estivesse na fase adulta, eu ia poder fazer alguma coisa por essas crianças. Então, eu queria aproveitar que vocês estão aqui hoje, esta Comissão, e que vocês colocassem no relatório de vocês essa minha trajetória, que é pequena, pode-se dizer, mas que eu já vi muita coisa nessa trajetória.

Na minha infância, como eu disse, eu vi essas crianças se prostituindo. Na minha fase adulta, eu, através da assistência social, que eu já trabalhei como socióloga, eu vi a gente muito amarrada, pouco podendo fazer; a denúncia chegando, a falta de recursos, a falta do apoio do Judiciário, a falta do apoio da Saúde, ninguém conhece nada, é um total desacordo. Rede, a gente sempre escuta que é necessário, mas não existe na prática. Não existe trabalho em rede no nosso Município.

Na Educação, a gente, como professora — sou professora; larguei o trabalho técnico, e hoje assumo a função de professora no Estado —, a gente pode discutir com os alunos, alertá-los; mas onde eu vi a saída, uma das saídas para esse problema, foi na Comissão de Justiça e Paz, de que hoje eu faço parte, junto com a Irmã Rita, e outros membros. Hoje eu vejo que a saída, e eu preciso que vocês coloquem nesse relatório, para essa situação, gente, é uma política de prevenção. Essa é a saída. Porque pode faltar recurso para o Município, pode faltar articulação entre as instituições, mas se tiver um trabalho de prevenção que envolva a família, principalmente, porque está ali o maior problema; que envolva Educação, que envolva Saúde, que envolva os três Poderes — Executivo, Legislativo e Judiciário...

A gente não tem por que ficar discutindo há tanto tempo a mesma coisa. A prevenção é a saída. Então, enquanto não tiver uma política de prevenção, a gente vai continuar — eu estou com 40 anos hoje — discutindo isso, uma realidade triste



do nosso Município, porque a única coisa que eu vejo crescer é a discussão, o que não é negativo, não. Que bom que hoje se discute o que não era discutido antes. Mas a gente precisa que se coloque nesse relatório que o que nós precisamos para cá é de uma política de prevenção. Enquanto a gente não discutir de forma séria isso na base, na família, na escola, na comunidade, nós não vamos ter êxito.

Obrigada.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Obrigada, Profa. Márcia.

Nós temos aqui também uma representante do Município de Melgaço. Eu gostaria de saber se a Socorro quer fazer uso da palavra.

**A SRA. MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO NASCIMENTO DOS REIS** - Três minutos.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Três minutos. Então, venha para cá e se identifique, por favor. A senhora tem três minutos.

**A SRA. MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO NASCIMENTO DOS REIS** - Boa tarde a todos! Meu nome é Socorro Reis e sou uma militante do movimento popular. Tenho o prazer de ter encontrado o meu amigo que me conhece do movimento popular, o Deputado Arnaldo Jordy.

Eu gostaria de agradecer à Comissão de Justiça e Direitos Humanos, porque num tempo desse a gente enfrentar o Marajó não é fácil. E agradecer também pela sua emenda, porque nós não tivemos tempo de agradecer ainda por essa emenda que foi importante para os Conselhos Tutelares, haja vista que, dentro do orçamento, nós não podemos... Os Municípios são muito pobres, e esses equipamentos são muito importantes para o desempenho da função do Conselho Tutelar, principalmente para a política de combate à exploração sexual e ao abuso.

Também eu gostaria só de deixar registrado aqui que a Vanacy me convidou. Eu estava muito cansada mesmo, depois a discussão foi ficando interessante... Eu gostaria também de agradecer ao Jorge Bittencourt, que tem se aproximado muito de Marajó, e dizer que aqui nós cobramos muito mesmo a presença do Judiciário, mas é porque a Justiça tem um débito muito grande com Marajó. Eu digo enquanto Melgaço, mas conheço outros casos de Portel, desde 2004, 2006, em que me dirigia para cá, para Marajó.



Nós temos uma ansiedade muito grande de estar cobrando. Agora, a vítima também, porque a vítima... O que a gente tem que fazer por Marajó — e aí eu queria que a Comissão de Justiça registrasse isso — é que cada vez mais nós temos que preparar quem vai tomar o depoimento das vítimas, principalmente na questão do depoimento sem dano, porque eu já acompanhei alguns em que a vítima, que é uma criança, que é um adolescente, acaba sendo revitimizada por conta de que quem está lá na ponta não está preparado para tomar esse depoimento.

Eu só tenho 1 minuto, até porque, por respeito à Mesa, eu pedi 3 minutos. Mas também quero dizer que aqui é o espaço em que a gente tem que ser propositivo, e aqui o Conselheiro Tutelar disse que um dos instrumentos que melhora também seria o barco, que nós já tivemos colocado. Nós já temos um barco, que foi dado pela Justiça de Direitos Humanos, que o Conselho Tutelar usa. Não é um barco, é uma lancha, que é muito veloz. Até o modelo, Deputado, é muito bom.

Nós sabemos que vocês vão ter um retorno. Eu gostaria de desejar um retorno feliz e dizer que Breves é nosso amigo, Breves é conosco. Breves converge com os outros Municípios e busca. Infelizmente, a gente não estava sabendo que vinha tão importante discussão, porque, senão, a gente teria trazido mais gente. Eu soube no meio do caminho e já parei aqui para poder assistir.

Muito obrigada.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Está ótimo. Obrigada, Socorro.

Eu vou passar a palavra para a representante da Comissão de Justiça e Paz, Irmã Rita.

**A SRA. RITA RABOIN** - Boa tarde para todos e todas aqui presentes!

Quero agradecer muito as palavras da Profa. Márcia. Alegro-me com suas colocações. É claro que estamos combinadas sobre a necessidade de haver educação popular e prevenção no meio das famílias, porque nós vemos isso como uma saída muito prática.

Agora, além daquilo, além de todo o esforço na educação das famílias, dos jovens, das crianças, tem que haver um trabalho a respeito da impunidade que existe, sobretudo para os donos das balsas que estão nesses rios aqui de Marajó



numa forma ou outra, porque esses donos estão deixando as tripulações presentes nas suas balsas explorarem essas crianças. Eles estão nadando livres: nada de multa, nada de punição para ninguém nessas balsas. Não há punição para as boates aqui na cidade. Eu não vejo nenhuma ação aqui prendendo pessoas ou multando pessoas que até dão álcool para os menores. Fazem tanta coisa que explora e despreza a nossa juventude e crianças.

Então, impunidade é uma bandeira que eu levanto fortemente em torno desse assunto também. Eu quero que seja registrada também no relatório a falta de punição. Esses balseiros estão aproveitando em tudo e por tudo e contribuindo para a desintegração de nossa população.

Desculpem eu dizer isto: há momentos em que eu penso que os políticos, o Governo não estão governando o Brasil. Isso é um crime organizado. Muitas vezes é a classe empresarial que está dominando o Brasil.

Então, se vocês que estão presentes aqui desta Comissão não atuarem, ficarem dessa forma mesmo, os outros que querem dinheiro, poder e influência vão continuar. E nós vamos ficar aqui numa roda, nós estamos, já foi falado aqui: mesmas informações, mesmas informações, mesmas informações. É dessa forma. Não há um avanço, um passo para a frente, desatolando essa dinâmica. Quantas CPIs já houve? Houve até um relatório estadual, eu estava presente, para outra CPI que houve aqui. Eu não sei o que se está fazendo com aquele relatório estadual.

Agradeço a oportunidade de falar disso e de sublinhar o que a Márcia falou. Agora, eu tenho mais 1 minuto. Tivemos uma denúncia do interior do nosso Município sobre pornografia sendo feita por jovens, no interior, com computadores, utilizando nossas meninas. Um Conselheiro foi lá uma vez para olhar a situação, mas, por falta de transporte, não pode fazer o acompanhamento mais contínuo deste problema. Como foi que nós soubemos dessa denúncia? Uma senhora dirigente duma comunidade deu um bilhete que ela escreveu para Dom José Luiz Azcona. Ele entregou esse bilhete para mim, e eu entrei em contato com o Conselho Tutelar. Por falta de infraestrutura para as pessoas realizarem esses trabalhos, nossas crianças ficam nesse estado.



Então, nós chamamos a atenção, por favor, sobre esses dois pontos aqui: as ajudas que as entidades aqui estão precisando para fazer esse trabalho e o fim da impunidade.

Obrigada.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Muito obrigada, Irmã Rita.

Eu vou perguntar ao Vereador Professor Nena se quer fazer uso da palavra. *(Pausa.)* Então, nós vamos conceder 3 minutos. Depois, o Emerson Câmara está aqui presente também? *(Pausa.)* Não?

Então, o Professor Nena, Vereador pelo PCdoB; em seguida, passo para o Walter Carneiro, Vereador pelo PDT, e para a Vereadora Vanacy Leão, Presidente da Comissão de Educação, eleita pelo PPS. O senhor tem 3 minutos, por favor.

**O SR. PROFESSOR NENA** - Boa tarde! Quero pedir dispensa das formalidades da Mesa para adiantar o tempo, mas agradeço a vinda dos senhores ao nosso Município também.

Eu cheguei aqui às 2 horas — estava aguardando porque era o horário que tinham combinado —, mas, para resumir, nós fazemos parte de um Conselho em Defesa da Segurança Pública, constituído pela Comissão Justiça e Paz, SINTEPP, Comunidade Irmã, entidade da qual faço parte, Sindicato dos Trabalhadores Rurais e outros segmentos.

Esta é uma cópia do ofício que nós encaminhamos para a Procuradoria de Justiça do Estado. Junto foram mais de duas mil assinaturas que nós coletamos na sociedade brevesse. Eu tenho os originais, não tenho como encaminhar para vocês a cópia das assinaturas, mas a gente coloca aí: a ausência de promotores efetivos dentro dessas audiências que nós realizamos; a quantidade insuficiente de delegados — hoje nós temos um delegado para atender todo o Município; o superintendente faz o papel de três delegados no nosso Município, ele não faz nem o trabalho de superintendente; o baixo número de efetivo policial militar na região; a falta de estrutura local para aplicação de medidas socioeducativas ao menor infrator; a quantidade insuficiente de espaço para acomodação de criminosos presos; altos índices de desemprego. E aí vai tecendo aqui outros pontos. Diz quem participaram da audiência: o 9º Batalhão de Polícia Militar, o Diretor de Departamento de Trânsito, as ONGs. Aí também têm os pedidos que foram feitos, por exemplo: aumento do



número do efetivo policial; o aumento da quantidade de delegados; ampliação e a modernização do sistema carcerário; construção de pelo menos mais duas escolas estaduais de ensino médio; implantação de unidade socioeducativa; aumento de frota de viaturas; implantação da Unidade Integrada Pró Paz na sede do Município; instalação de área portuária na cidade de Breves e de postos de policiamento que visem o controle de entrada e saída de embarcações, passageiros e cargas, objetivando a prevenção da entrada e saída de drogas, de produtos roubados e de contrabando na sede do nosso Município. Então, para que vocês anexem ao relatório de vocês, e a gente espera que possa estar contribuindo.

No mais, dizer que a gente tem esse grande nó que é esta rota: uma que passa por Breves, que é a do Rio Parauaú, pegando o Jaburu e que vai para Macapá e para outras cidades, que é também uma rota onde não existe essa fiscalização; a outra rota é o Tajapurú, que é muito maior, porque a maioria dos barcos passa por lá. Se já é difícil fiscalizar o Município de Breves, façam ideia desse outro rio que divide os dois Municípios: o Município de Breves e o Município de Melgaço.

Obrigado pela atenção.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Obrigada, Professor Nena.

Passo, então, a palavra ao Vereador Walter Carneiro, do PDT; em seguida, à nossa última oradora, Vereadora Vanacy Leão.

**O SR. WALTER CARNEIRO** - Quero cumprimentar os Deputados, o Deputado Jordy, as Deputadas presentes, os senhores que nos assistem.

A questão que está se discutindo é muito ampla, e a gente lamenta que o tempo seja tão exíguo para se discutir essa questão. Eu acho que o que foi colocado aqui já é suficiente para vocês terem uma ideia das nossas realidades. Marajó é diferente de tudo. Marajó tem a sua peculiaridade estabelecida em sua região, em suas características geográficas, enfim. E quando a gente discute a questão da exploração da criança, do adolescente, o que falou a Irmã Rita, o que falou a Profa. Nemer, o Capitão Colares, o Conselheiro Cláudio, é tudo realidade, gente. Mas tem um detalhe a mais: o Marajó padece da falta de investimentos, tanto do Governo Federal como do Governo Estadual.



Os Municípios não têm condições alguma de fazer investimentos, porque as suas rendas são muito exíguas. Fecharam o nosso polo industrial, as nossas serrarias, fecharam. Mais de 10 mil pessoas ficaram desempregadas da noite para o dia. Mas não deram nenhuma alternativa de emprego para o nosso povo. E vocês sabem que vivemos em uma sociedade capitalista. E a criança, o jovem, o adolescente, ele quer ter as coisas. E o pai desempregado, sem ter condições de oferecer até o alimento para sua família, ele vai buscar isso de outras formas. E esses criminosos estão se prevalecendo da situação e ainda acontece o que a Irmã Rita disse, a impunidade. Aí fica complicado.

Eu espero que vocês tenham sucesso.

**A SRA. RELATORA** (Deputada Liliam Sá) - Vereador, e a saúde aqui? Como é que está?

**O SR. WALTER CARNEIRO** - A saúde não é diferente do que é no resto do Brasil, o que a senhora deve conhecer muito bem.

**A SRA. RELATORA** (Deputada Liliam Sá) - É, mas pelo menos têm acesso? Porque falaram na segurança pública... Tem um hospital só para a total demanda...

**O SR. WALTER CARNEIRO** - É. Nós temos o hospital regional aqui...

**A SRA. RELATORA** (Deputada Liliam Sá) - Mas atende tudo?

**O SR. WALTER CARNEIRO** - ... mas que não tem muitas especialidades.

**A SRA. RELATORA** (Deputada Liliam Sá) - Não?

**O SR. WALTER CARNEIRO** - E temos um hospital municipal que atende a região toda, apesar de ser hospital municipal.

**A SRA. RELATORA** (Deputada Liliam Sá) - E para a mulher grávida também é a mesma coisa? Não tem maternidade específica? Não tem?

**O SR. WALTER CARNEIRO** - Não. Não tem maternidade. Não.

Ok. Obrigado, então, pela atenção.

Desejo sucesso no trabalho de vocês.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Vou passar a palavra para a Vereadora Vanacy Leão, que é Presidente da Comissão de Educação — por 3 minutos —, e também para a Delegada Simone. Eu peço que a senhora já se aproxime, porque nós estamos com o horário muito imprensado.

Então, com a palavra a Vereadora Vanacy Leão, do PPS.



**A SRA. VANACY LEÃO** - Quero agradecer a presença de todos vocês aqui, da CPI; a todos vocês que estão aqui, profissionais na área da assistência social; Vereadores. E dizer que eu já fiz esta solicitação ao Deputado Arnaldo Jordy, e vou fazer às duas Deputadas: o Marajó precisa de um hospital materno infantil para atender as nossas demandas. Breves é polo do Marajó, e a gente precisa desse hospital. Então, já faço esse pedido, através de uma emenda parlamentar... Pode ser...

E dizer que quanto à problemática do abuso e da exploração sexual, da pedofilia, do turismo, Marajó está em evidência nas mídias em relação a isso, e a gente tenta combater. É o nosso compromisso, hoje, enquanto Vereadora, de aqui levantar essa temática, discutir.

Concordo com a Profa. Márcia Nemer quando ela disse que é questão de prevenção. Convidei os profissionais da área da educação para estarem aqui hoje, porque a gente percebe assim: têm muitas meninas fazendo vídeos pessoais. E a gente se reporta a questionamentos dizendo assim: "*O que essas meninas entendem por sexualidade?*"

O Ministério da Educação coloca no currículo escolar um tema transversal que é a orientação sexual, mas não prepara os profissionais para atuarem, para falarem sobre sexualidade. As famílias não estão preparadas para falarem sobre sexualidade. Muitos casos de abuso e exploração sexual são em detrimento, sim, do fator econômico, do fator social, do fator familiar; mas muitos são de meninas que experimentam a primeira vez o sexo e aí começam a explorar o próprio corpo. Muitos casos são assim. Aqui em Breves, sim. A gente conhece isso.

A gente está com enormes vídeos circulando por aí de meninas filhas de família que tiveram uma educação, com certeza, uma base familiar, e estão com vídeos circulando, mostrando o próprio corpo. E meninas que, posterior a isso, jogam-se na vida sexual, banalizando o próprio corpo. E a gente fala que é abuso e exploração sexual também dos mais velhos, das pessoas que usam esses meios.

Então, eu gostaria de dizer que é prevenção. A nossa rede de funcionamento de políticas públicas em Breves não funciona. A gente sabe disso, não é, Profa. Marcia? Não funciona!



O Conselho Tutelar poderia ter falado mais, porque realmente está defasado. Precisa de estrutura para o seu funcionamento. Já solicitei ao Prefeito mais um Conselho Tutelar para o nosso Município. A gente tem 100 mil habitantes. A metade da população está na zona rural e precisa de um Conselho Tutelar atuante lá.

Então, eu digo que as políticas públicas em Breves precisam realmente funcionar, para que a gente possa melhorar a qualidade de vida. Eu falo de Breves, mas a gente tem que se reportar ao Marajó também como um todo.

Então eu gostaria de dizer essas minhas palavras e agradecer a vocês aqui.  
(Palmas.)

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Obrigada, Vereadora Vanacy Leão.

E eu passo, então, por 3 minutos, para a Delegada Simone, para que nós possamos encerrar nossa audiência.

**A SRA. SIMONE EDORON MACHADO ARAÚJO** - A minha fala, na realidade, é muito breve, Deputada. É mais a título de esclarecimento das ações que, através da Diretoria de Atendimento a Grupos Vulneráveis, nós vimos realizando no Marajó desde o ano passado.

Desde o ano passado, nós vimos realizando operações policiais aqui na área com o foco em violência sexual, abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes. Não só aqui na cidade de Breves, mas também no Marajó como um todo, Currálinho, Melgaço, Anajás, Chaves.

E em consideração à fala da Irmã, por força dessas ações operacionais que nós vimos realizando e por força da busca de integrar os órgãos nessas operações, irmã, nas últimas operações que nós realizamos, nós as temos inclusive realizado com a participação da Superintendência Regional do Trabalho, também com a participação do Ministério Público do Trabalho, e isso, inclusive, originou um Termo de Ajustamento de Conduta, que foi assinado semana passada, no Ministério Público, em que as empresas que fazem navegação e transporte aqui nessa área assumem mais uma vez o compromisso com a questão do enfrentamento dessa violência sexual.

O nosso próximo passo, na realidade, é fazer esse mesmo Termo de Ajustamento de Conduta com os comandantes das embarcações. Porque, na



realidade, nós temos dois pontos: nós temos a relação trabalhista que a empresa tem com os comandantes, mas, a partir do momento em que o barco desatraca, ele passa a ser regimentado, legalizado pela Lei Marítima, e fica sob tutela do comandante da embarcação.

Também com esse grupo nós estamos assinando um novo Termo de Ajustamento com essas pessoas, iniciando um processo de capacitação, tentando fazer um trabalho preventivo com todos esses servidores, com todos esses marinheiros que atuam nessa área aqui dentro do Marajó — do Marajó como um todo, não só em Breves — na busca da repressão a esse crime.

As ações, que é uma operação que a gente denomina como Upiara, terão continuidade ao longo deste ano, inclusive para cá, para Breves.

E, aproveitando a oportunidade, eu solicito mais uma vez, o apoio da rede de atendimento, para que nos tragam informações a respeito dos casos denunciados, para que, quando as nossas equipes policiais chegarem aos Municípios, a gente já tenha esses dados que foram previamente levantados a respeito pelo Conselho Tutelar, pelo próprio CREAS, para que a gente efetivamente venha ajudar, auxiliar, numa lacuna que a gente tem consciência que existe aqui no sentido da segurança pública.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Está ótimo. Muito obrigada, Delegada Simone.

O Deputado Arnaldo Jordy quer falar?

**O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY** - Dois minutos.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Um minuto e meio.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY** - Dois minutos. Nós não podemos perder o voo.

Gente, brevemente, eu estou de acordo e acho que foram ricos os depoimentos, principalmente para as nossas Deputadas Erika Kokay e Liliam Sá, mas nós precisamos conjugar esforços, Deputada Erika e Deputada Liliam. E eu queria apelar para o esforço de V.Exas. também.

Nem um ente desses, sozinho, vai dar conta da complexidade do Marajó. O Marajó é um país distinto de qualquer outra lógica que percorre os gabinetes em Brasília. Isso aqui é um arquipélago com milhares... Todo aberto, sem fronteira



continental nem insular. E, portanto, as lógicas que são construídas para o resto do Brasil nunca se encaixam no Marajó. Nós precisamos juntar o Governo Federal, o Governo do Estado, os 16 e 17 Municípios, incluindo Gurupá, que conformam esse arquipélago, e ter um plano, uma estratégia específica para superar essas dificuldades, sem o qual nós não temos chance nenhuma de fazer isso. Até porque existem implicações. Nessa questão do transporte fluvial, por exemplo, tem interferências políticas, tem gente com mandato que tem interesse nisso, que é dono de parte dessas embarcações e uma série de outros comprometimentos. Todos os senhores sabem disso. Não é fácil romper esse elo das relações de interesses econômicos que existem nisso.

Essa questão das balsas, essa questão dos balseiros, essa questão da prostituição, além da vulnerabilidade econômica das famílias... Marajó é uma das regiões mais pobres. O IDH deste ano de 2013 foi o Melgaço, que a Socorro acabou... No ano de 2012, foi Curralinho. No ano de 2011, foi uma cidade do Maranhão, mas, em 2010, foi Bagre. Então, essa realidade não vai mudar se a gente não tiver essa conjugação de esforços e quem vai investir...

**A SRA. RELATORIA** (Deputada Liliam Sá) - E quem fiscaliza lá os portos? A Capitania dos Portos?

**O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY** - A Capitania dos Portos.

**A SRA. RELATORIA** (Deputada Liliam Sá) - O que eles falam? Nada?

**O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY** - Isso é uma outra coisa que nós temos de mudar. Essa realidade não pode ficar apenas para os entes federais. Isso aí ainda é entulho do período autoritário. Isso é entulho do período autoritário. Essa questão é como se fosse a questão do escarpelamento. Nós temos de legislar sobre o Estado do Pará. Temos de legislar porque essa não é uma realidade do Rio Grande do Sul, nem do Paraná, nem de Brasília, nem de São Paulo. Essa é uma realidade amazônica, e nós não podemos aceitar que apenas a União legisle, por exemplo, que a competência de fiscalização seja apenas da Capitania dos Portos, que não dá conta dessa agenda.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Então, está ótimo.



**O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY** - Então, nós temos, na verdade, de conjugar esses esforços para termos uma estratégia única de enfrentamento desses problemas.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Nós colhemos aqui as reivindicações. Elas serão repassadas, hoje. Nós teremos uma reunião com o Governo do Estado. Nós vamos repassar o que cabe ao Governo do Estado, mas aqui nós recolhemos a necessidade de uma permanência do Ministério Público, a questão da Vara, que nós tenhamos a representação do Poder Judiciário aqui, que nós tenhamos maior rigor. E aí tem uma sugestão de encaminhamento, Deputado Jody, que nós estamos acatando, que é a construção de um grupo de trabalho para estabelecer um plano próprio, tanto para estabelecer o rigor no embarque, quanto a fiscalização das balsas, porque me parece que a balsa é o *modus operandi* que existe aqui no Município, que, em verdade, é uma região com 16 Municípios em um arquipélago; que nós possamos reivindicar a criação aqui de um posto do Instituto Médico Legal; que nós possamos reivindicar uma lancha voadora para o Conselho Tutelar; e que nós possamos, enfim, nessa perspectiva, considerando a especificidade da região, trabalhar num grupo de trabalho para apresentar um plano.

Nós vamos fazer essa discussão e encaminhar para a Ministra de Direitos Humanos, a partir do relatório desta reunião, em Breves, para que ela possa acionar a participação do Governo Federal e que possa instar a participação das esferas municipais e estaduais. Então, nós vamos estar daqui fazendo uma discussão com a Direção-Geral da Polícia Federal, nessa perspectiva, Ministério da Justiça e também com a Secretaria de Direitos Humanos. Estaremos encaminhando essas reivindicações para os segmentos pertinentes que têm responsabilidade para tanto.

**A SRA. RELATORA** (Deputada Liliam Sá) - E temos de ter uma conversa com a Capitania dos Portos, porque é responsabilidade deles a fiscalização dos rios.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Eu penso que a gente tem de trabalhar na mudança da legislação.

**A SRA. RELATORA** (Deputada Liliam Sá) - Também.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Porque a Capitania dos Portos — tem razão o Deputado Jody — é uma estrutura da União que não tem condições, particularmente nessa região onde a malha é de rio, a malha é fluvial, a



mobilidade urbana se dá através dos rios... É impossível que tenhamos, na União, esse processo, essa condição de fazer a fiscalização. O que há que se construir é um sistema e um sistema que envolva também a responsabilidade do Município e a responsabilidade do Estado.

São esses os encaminhamentos que vamos ter desta audiência pública.

Passo rapidamente a palavra à Deputada Liliam, para que possamos encerrar.

**A SRA. RELATORA** (Deputada Liliam Sá) - Faltou o pedido do hospital, a maternidade.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Ah, sim, o pedido do hospital também. Vamos levá-lo ao Governo hoje.

**A SRA. RELATORA** (Deputada Liliam Sá) - Eu quero agradecer a todos os Vereadores a recepção, à Vereadora aqui, que nos acolheu tão bem.

Quero parabenizar o Deputado Arnaldo Jordy por estar engajado nessa causa, por estar lutando pelas nossas crianças e adolescentes e por um Município como este, que tem 50 mil eleitores — e era para estar melhor, já que aqui é a nata do voto. As pessoas podem mudar suas vidas com o voto, vendo quem faz a diferença, como V.Exa. está fazendo a diferença neste Município. Eu espero que todos se lembrem de V.Exa. nestas eleições, sabendo que V.Exa. está lutando pelo Município, que é uma pessoa comprometida com a causa e, principalmente, que deu dignidade aos conselheiros tutelares aparelhando os conselhos tutelares, porque, dando dignidade aos conselhos tutelares, dá-se dignidade às nossas crianças e aos nossos adolescentes.

Eu quero fazer um pedido à Dra. Anelyse: que veja como a senhora, junto com a Vereadora, pode ajudar a quatro crianças cujo pai abusou de uma delas de apenas 8 meses de idade. Ele está preso, mas as crianças estão sofrendo até de depressão. Elas aguardam uma família acolhedora o mais rápido possível.

Eu faço parte do movimento que apoia a adoção legal, a adoção é para todos. Dar o filho para adoção também é uma forma de amor, de caridade, de responsabilidade com a criança e o adolescente.

Então, eu peço que a senhora veja o que pode fazer, por favor, porque uma criança de 8 meses que sofreu abuso precisa de tratamento psicológico, precisa de



tratamento médico. Uma delas está doente, está internada. Peço que a senhora examine esse caso com carinho e solicite ao juiz daqui acelerar o processo, para que essas crianças tenham uma família.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - O que nós solicitamos é que a senhora discuta o caso no âmbito da Defensoria.

**A SRA. RELATORA** (Deputada Liliam Sá) - Discutir e agilizar. É isto o que estamos pedindo: agilidade.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**A SRA. RELATORA** (Deputada Liliam Sá) - Sim, mas ela pode cobrar isso.

Por gentileza, já que a senhora está aqui, para encaminhar, pedir, dar um telefonema. Está bem?

Obrigada.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Feitos esses encaminhamentos e tiradas essas conclusões, nós mais uma vez agradecemos ao Vereador Walter, à Vereadora Vanacy e aos Vereadores aqui presentes, bem como ao Professor Nena, e também ao Presidente desta Casa, o Vereador Labinho de Oliveira, a possibilidade de termos estado aqui colhendo esses depoimentos.

Declaro encerrada a presente audiência.